



## Vigilante 24h recebe voto favorável de todos os vereadores de Triunfo (RS)



Agora já são 43 cidades com o projeto aprovado

Com o voto favorável de todos os nove vereadores da cidade, a Câmara Municipal de Triunfo aprovou, na noite de segunda-feira, o projeto da vigilância armada 24 horas, inclusive feriados e finais de semana, nas agências bancárias e cooperativas de crédito do município. Até sexta-feira, a proposta deve virar lei com a assinatura do prefeito Mauro Fornari Poeta (PMDB).

O projeto foi apresentado pelo vereador Orison Donini Cezar Júnior (PSDB). Com mais este, agora já são 43 municípios com a aprovação da proposta na Câmara Municipal e em várias já é lei. Há um prazo para os bancos começarem as contratações, que varia conforme o texto aprovado pelos vereadores, mas normalmente é de 90 ou 120 dias após a assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

**Veja onde já foi aprovado:** Alegrete\*, Alvorada, Amaral Ferrador\*, Arroio Grande, Bagé, Balneário Pinhal\*, Butiá, Camaquã, Candiota\*, Canguçu, Canoas\*, Cerrito, Cerro Grande do Sul\*, Charqueadas, Cidreira\*, Cruz Alta, Estrela, Gravataí, Herval, Imbé, Jaguarão, Morro Redondo\*, Mostardas, Nova Prata\*, Nova Santa Rita\*, Osório, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado\*, Piratini, Portão, Rosário do Sul\*, Santo Ângelo\*, São Francisco de Assis\*, São Gabriel, São Jerônimo, São Leopoldo\*, São Miguel das Missões\*, Tapes\*, Tramandaí\*, Triunfo\*, Tupanciretã\*, Viamão\*.

**Nas cidades marcadas com asterisco falta a sanção do prefeito para virar lei.**

Fonte: Sindvigilantes do Sul

# DF: Licitação para contratar vigilantes está perto de ser concretizada.



Diretoria do Sindesv/DF reuniu-se com Conselheiro Inácio Magalhães (foto acima) e com o presidente do TCDF Renato Rainha (foto abaixo)

O processo para liberação da licitação que renovará o contrato de empresas de vigilância privada com o GDF está perto de ser concluído no Tribunal de Contas do DF (TCDF). Foi o que garantiu o presidente do TCDF, Renato Rainha e o conselheiro Inácio Magalhães. Este último pediu vista do processo que está em julgamento no órgão.

Na tarde desta segunda-feira (22/08), o deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante (PT), acompanhado do vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF (SINDESV-DF), Paulo Quadros, do diretor geral Moisés Consolação e do diretor jurídico Regivaldo Nascimento, esteve reunido com os conselheiros na tentativa de agilizar a liberalização do processo licitatório.

Inácio garantiu que até a primeira quinzena do mês de setembro concluirá o seu voto. Ele explicou que pediu vista no andamento do certame por entender “que o processo continha alguns itens que não atendiam a convenção coletiva da categoria, como a memória de cálculos, adicional noturno e o pagamento de intrajornada e hora-extra”.

Rainha garantiu ao parlamentar que colocará na pauta de votação do TCDF assim que o relator do processo, o conselheiro Márcio Michel, concluir o parecer. Em meados do mês de maio, o conselheiro Michel suspendeu o andamento do certame por entender que os trabalhadores terão perdas se a licitação for feita nos moldes que o edital prevê.

Para Vigilante a agilidade no andamento do processo é de extrema urgência, uma vez que muitas empresas prestadoras de serviço de segurança estão com os contratos vencidos e sem a possibilidade de aditivos. Além disso, os trabalhadores estão com medo de perder o emprego.

Vigilante explica que a licitação irá democratizar a prestação de serviço da segurança privada e reduzir os custos em até R\$ 50 milhões por ano. “Muitas empresas estão com contrato emergencial. Hoje, apenas cinco empresas de vigilância prestam serviço para todo o GDF. A nova licitação está dividida em 15 lotes”, explicou o parlamentar.

Em conversa com Renato Rainha e Inácio Magalhães, Vigilante demonstrou sua preocupação com a demissão dos trabalhadores. Enquanto a licitação não acontece, cerca de mil vigilantes que prestavam serviço ao GDF estão sem emprego.

“Com a licitação não haverá mais esse risco e os trabalhadores terão tranquilidade em continuar suas atividades, já que ela vai garantir a manutenção dos empregos e ainda diminuir o custo para o GDF”, disse Vigilante.

## A licitação

De acordo com o GDF, serão “contratados” 7.410 trabalhadores para fazer a segurança do patrimônio. Do total de postos, 2.381 atenderão à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e outros 64 órgãos de governo. A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF), que está sem contrato, passará a contar com 1.324 trabalhadores. Os vigilantes ficarão distribuídos em mais de 800 endereços em todo o DF.

O Sindicato esclarece que o GDF deu a entender que se abririam 7.410 novas vagas, mas não é bem assim. A grande maioria desses que serão “contratados” já se encontram trabalhando e, conforme a cláusula de continuidade da nossa CCT, deverão passar para a empresa que ganhar a licitação do respectivo posto onde o vigilante presta serviço.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

# Fortesul e Sanesul são condenadas a pagar indenização e direitos a trabalhador no MS



A empresa de vigilância Fortesul foi condenada pela Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul a pagar os créditos trabalhistas e indenização por danos morais a funcionário que ficou quase três meses sem receber salários e outros direitos. A Sanesul, que contratou os serviços terceirizados de vigilância e segurança, também foi condenada subsidiariamente.

O vigilante foi contratado em março de 2014 e trabalhou regularmente até julho de 2015. A defesa do trabalhador pediu a rescisão indireta do contrato de trabalho alegando que o atraso no pagamento era frequente, sendo que os três últimos salários não tinham sido pagos, bem como as verbas rescisórias. Afirmou, ainda, que o FGTS não era integralmente depositado, que recebeu o valor do tíquete-alimentação apenas até dezembro de 2014 e que nunca tirou férias durante a vigência do contrato.

Diante das alegações não contestadas pelo empregador, a 1ª Vara do Trabalho de Dourados reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho em julho de 2015 e condenou as empresas Fortesul e Sanesul ao pagamento

de R\$ 5 mil por danos morais, salários e tíquete-alimentação atrasados, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, 13º salário proporcional, férias, diferenças de FGTS e multa de 40%.

Inconformada com a decisão, a Sanesul recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região alegando que não houve provas indicando sua responsabilidade pela inadimplência da empresa terceirizada. Já o relator do recurso, Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, considerou que “a fiscalização durante a execução do contrato de prestação de serviços foi ineficaz e inócua para coibir o abuso trabalhista perpetrado pela empresa prestadora de serviços, incluindo o inadimplemento das principais obrigações do empregador – salários e depósitos de FGTS.”

Ainda de acordo com o magistrado, as medidas adotadas pela Sanesul não foram suficientes para evitar o inadimplemento das verbas trabalhistas devidas ao vigilante. “A recorrente rescindiu o contrato, mas não reteve ou repassou valores suficientes à satisfação dos direitos trabalhistas inadimplidos. Bem por isso, é de ser reconhecida a responsabilidade subsidiária em razão da falta de fiscalização adequada e eficaz quanto ao cumprimento da legislação trabalhista por parte da tomadora”. Por unanimidade, os Desembargadores da 2ª Turma do TRT/MS mantiveram a condenação subsidiária da Sanesul.

Fonte: Notícias do Estado



# Impeachment será votado no dia 31 de agosto

*Depoimento de Dilma está marcado para 29 de agosto*



Na próxima quinta-feira (25), começará o julgamento do processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) no Senado. A ação, se aprovada, pode culminar no golpe contra a petista, que terá 30 dias para deixar o Palácio do Planalto.

Nos primeiros dias, as testemunhas de acusação e defesa irão se revezar ao microfone. Somente no dia 29 (segunda-feira), a presidenta irá falar aos senadoras. Inicialmente, Dilma terá 30 minutos, que podem ser prorrogados sempre que a petista solicitar, sem limites.

Ato contínuo, cada um dos 81 senadores poderá falar por até dez minutos e interpelar a presidenta. Dilma, porém, terá o tempo que julgar necessário para responder os questionamentos dos parlamentares.

A votação deve ocorrer no dia 31 de

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

agosto e será através do painel eletrônico e os senadores deverão responder a seguinte pergunta: “Cometeu a acusada os crimes de responsabilidade correspondentes à tomada de empréstimos junto à instituição financeira controlada pela União e à abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional, que lhe são imputados e deve ser condenada à perda do seu cargo, ficando, em consequência, inabilitada para o exercício de qualquer função pública pelo prazo de oito anos?”.

Os parlamentares deverão responder apenas “sim”, caso entenda que Dilma deva sofrer o impeachment, ou “não”, se por ventura compreendam que ela não acumula culpa em nenhum dos crimes apontados.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF